

Questão de Cuba: A política externa independente e a crise dos mísseis

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em História. 2014. Orientadora: Prof. Dra. Carla Brandalise (UFRGS). Avaliadores: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (UFRGS), Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira (PUCRS), Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga (UFFS).

Charles Sidarta Machado Domingos *

Faz pouco mais de cinquenta anos que o mundo esteve à beira de um conflito nuclear de dimensões incalculáveis. Em outubro de 1962, através da pequena ilha de Cuba, na América Central, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) desafiava a ordem geopolítica da Guerra Fria ao instalar mísseis nucleares a menos de 100 milhas dos Estados Unidos da América do Norte (EUA).

Nessa mesma época – o início dos anos 1960 – o Brasil foi marcado por um período de forte debate político e de significativa participação popular. Com a eleição de Jânio Quadros e João Goulart houve uma mudança de orientação na política externa brasileira representada pela Política Externa Independente (PEI). Mesmo com a renúncia de Quadros e a atribulada conjuntura da posse de João Goulart – marcada pelo Movimento da Legalidade e da instauração do parlamentarismo –, a PEI logrou continuidade. Através desta política externa, o Brasil se colocava em um novo patamar nas relações internacionais: procurava obter uma posição de relativa autonomia dos blocos político-econômicos do período da Guerra Fria, a saber, o capitalista e o socialista.

Um dos pontos mais polêmicos referentes à Política Externa Independente está ligado às medidas do Brasil com relação à República de Cuba. A pequena ilha caribenha se mostrou uma ameaça para o capitalismo na América Latina e, desta forma, para os EUA na Guerra Fria. Dadas suas condições históricas, o nacionalismo cubano se desenvolveu combinando aspectos antiimperialistas e anticapitalistas, até culminar com a sua declaração de socialismo em 16 de abril de 1961. Ao defender o direito à autodeterminação dos povos e o princípio de não-intervenção, a PEI constituía um obstáculo aos objetivos dos Estados Unidos em relação à ilha.¹ E a partir de outubro de 1962, com o episódio conhecido por Crise dos Mísseis, a relação entre o Brasil do presidente João Goulart e os Estados Unidos da América do presidente se deteriora rapidamente, passando a ser uma das causas do Golpe de 1964 no Brasil.

* Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL). E-mail: csmd@terra.com.br

¹ A política externa brasileira não era a única no sistema interamericano a defender esses direitos e princípios: o México e a Argentina (até o rompimento de relações com Cuba posteriormente a VIII Reunião da OEA, por pressões do Exército sobre o presidente Arturo Frondizi) também representavam as “diplomacias independentes”. PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, conflitos e reconciliações: México e Brasil, 1822-1993*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 349-379; ALTMAN, Werner. *México e Cuba: Revolução, Nacionalismo, Política Externa*. São Leopoldo, UNISINOS, 2001, p. 55-86; KAPLAN, Marcos. 50 años de historia argentina (1925-1975): el laberinto de la frustración. In: CASANOVA, Pablo González. *América Latina: historia de médio siglo*. México: Siglo veintiuno, 1995, p. 57; ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia contemporánea de la Argentina*. 2ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 144.

É disso que a tese de doutorado em História “Questão de Cuba: a Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis” trata. Em razão da lacuna substancial da produção historiográfica brasileira sobre o envolvimento daquele país através da PEI nesse episódio, o problema principal consiste na averiguação das ações realizadas pela diplomacia brasileira no transcorrer da Crise dos Mísseis. Trata-se de discernir se a posição brasileira no episódio pode ser considerada negativa ou positiva para os princípios da PEI, confirmando, ou não, a Crise dos Mísseis como ponto de inflexão da Política Externa Independente e, por extensão, uma das causas do Golpe de 1964 no Brasil.

Desse modo, a tese de doutorado tem como objetivos demonstrar de que forma o Brasil percebia a evolução da questão de Cuba; perceber como o país se posicionou na Organização dos Estados Americanos (OEA) e quais foram as repercussões decorrentes; procurar entender qual a razão do envio do general Albino Silva, chefe da Casa Militar, à Cuba; compreender a posição brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU) através de seu projeto de desnuclearização da América Latina; verificar como a sociedade brasileira se manifestou a respeito desse episódio; e, por fim, analisar se a Crise dos Mísseis produziu algum efeito nas relações entre o governo de Goulart e o governo de John Kennedy.

Em seu primeiro capítulo, intitulado “Nacionalismo e Política Externa Independente”, são discutidos os conceitos de nacionalismo e as formas pelas quais a Política Externa Independente esteve ancorada em seus pressupostos ao longo do período da experiência democrática brasileira de 1946-1964. Além disso, é realizada uma incursão sobre os trabalhos mais relevantes acerca da Política Externa Independente enfatizando, sempre que possível - dado o pouco destaque que a bibliografia especializada apresenta - sua articulação com a Crise dos Mísseis. Dessa maneira esse primeiro capítulo mescla aspectos teóricos e historiográficos para a contextualização histórica do período estudado.

No segundo capítulo, “O Furacão do Caribe” (uma homenagem aos livros de Sartre e Fernandez Retamar) são demonstradas as relações estabelecidas entre a Revolução Cubana e o governo de John Kennedy nos Estados Unidos da América. Também é evidenciado como o governo de João Goulart percebia a Revolução Cubana nos meses anteriores a Crise dos Mísseis e de que forma essa percepção contribuiu para a posição brasileira na Reunião Informal dos Chanceleres, ocorrida em Washington nos primeiros dias de outubro de 1962.

“O Polêmico Voto na OEA” é o terceiro capítulo da tese de doutorado. Nesse momento, o trabalho ilustrará a reação do governo Goulart ao pronunciamento do presidente John Kennedy sobre a questão de Cuba. É aqui que será analisada à exaustão a posição defendida pelo Brasil na Organização dos Estados Americanos em suas dimensões políticas internas e externas, que sempre aparece de modo bastante confuso e incompleto na bibliografia sobre o governo de João Goulart.

O quarto capítulo, denominado “As Tentativas de Intervenção da PEI na Crise dos Mísseis”, apresentará as propostas de intervenção que o governo Goulart procurou desenvolver durante a questão de Cuba. Para tanto, foram investigadas três ações desenvolvidas pela Política Externa Independente na tentativa de influenciar na resolução do conflito: 1) o pedido do governo brasileiro para que o governo cubano suspendesse imediatamente a construção de bases para o lançamento de mísseis nucleares, em razão de informações acerca de uma segura invasão a Cuba nas próximas 48 horas; 2) a Missão Especial entregue ao general Albino Silva, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, que se pretendia secreta e que consistiu em conversações diretas desse

representante do governo brasileiro com o próprio Fidel Castro; 3) a proposta de um projeto de desnuclearização da América Latina, apresentada pelo criador da Política Externa Independente, Afonso Arinos de Melo Franco, na Organização das Nações Unidas.

No último capítulo, “A Crise dos Mísseis e as Disputas Políticas Internas e Externas”, são analisados os impactos que a Política Externa Independente, de modo geral, e a Crise dos Mísseis, de modo específico, causaram na vida política interna do país. Por fim, são examinadas as relações entre os governos de João Goulart e John Kennedy até o momento em que a questão de Cuba chegou ao seu momento máximo de tensão, produzindo modificações importantes a respeito da Política Externa Independente e que confluíam como uma das causas do Golpe de 1964.

O trabalho de pesquisa foi realizado em ampla e variada documentação, em diversas localidades diferentes. A documentação é esparsa e está distribuída em vários arquivos. Na cidade do Rio de Janeiro, tivemos acesso ao Arquivo privado San Tiago Dantas no Arquivo Nacional e ao Arquivo Hermes Lima no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

Também foram realizadas investigações no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (AHMRE), situado no Palácio Itamaraty, em Brasília, no qual foram pesquisadas a documentação ostensiva, confidencial e secreta produzida por diversas embaixadas do Brasil e pelo próprio ministério, sendo que alguns dos documentos confidenciais e secretos foram desclassificados para uso exclusivo nessa tese de doutorado, o que permite, como aponta Carlos Fico, se aproximar melhor das estratégias e das ações empreendidas por quem os elaborou “pois são produzidos, portanto, com a franqueza de quem escreve sem o temor de ver seu texto usado de maneira indevida”,² conferindo, assim, originalidade à tese em voga. Nessa mesma cidade, na Biblioteca do Senado Federal, pudemos realizar a consulta às edições dos meses de setembro, outubro e novembro de 1962 do jornal *O Estado de São Paulo*.

Na cidade de São Paulo, foi realizada a tomada do depoimento do ex-deputado federal Almino Affonso, que fora líder do PTB na Câmara dos Deputados durante a Crise dos Mísseis. Também foram importantes as memórias escritas alguns anos após os acontecimentos por Afonso Arinos e Hermes Lima, além da importante contribuição dos pronunciamentos do presidente João Goulart que hoje se encontram à disposição na internet, no site da Casa Civil do governo federal.

Se a História é a “ciência que estuda os homens no tempo”³ ela só é capaz de existir a partir das fontes, que são vestígios humanos produzidos no momento dos acontecimentos ou, em alguns casos, 50 anos depois, como no depoimento concedido por Almino Affonso. A partir do trabalho do historiador, cruzando fontes, interrogando-as, descobrindo como foram produzidas e a quem se destinavam, comparando-as com outras produções de historiadores é possível nos aproximarmos de uma pequena parcela do passado, mas que é capaz de explicar tantas questões do nosso presente latino-americano.

² FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 58.

³ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 55